

HABEAS CORPUS Nº 515.300 - SP (2019/0167719-7)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : FRANCISCO TELES GONCALVES
ADVOGADO : FRANCISCO TELES GONÇALVES - SP113984
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : BRUNO DA SILVA BARROS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido liminar, impetrado em favor de **BRUNO DA SILVA BARROS**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Consta dos autos que o paciente foi preso, em 17/10/2015, e condenado, em 4/10/2016, à pena de 5 anos e 4 meses de reclusão, em regime semiaberto, e pagamento de 13 dias-multa, como incurso no art. 157, § 2º, II, do Código Penal.

Em 22/7/2017, o Tribunal de origem negou provimento ao apelo defensivo e acolheu o da acusação para fixar o regime fechado.

Neste *writ*, alega o impetrante constrangimento ilegal em razão da expedição de guia de execução no regime fechado, visto que já havia cumprido 1/6 da pena no modo fechado e mais 1/6 no semiaberto, bem como que já estava ressocializado, descontando o restante da sanção no regime aberto.

Salienta ser o modo prisional mais brando o único cabível na hipótese, sobretudo quando descontado o período de prisão preventiva.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão do regime aberto.

É o relatório.

Decido.

A concessão de liminar em *habeas corpus* constitui medida excepcional, uma vez que somente pode ser deferida quando demonstrada, de modo claro e indiscutível, **ilegalidade no ato judicial**.

Na hipótese em exame, observa-se que encontram-se presentes as circunstâncias autorizadoras para o deferimento da tutela de urgência reclamada.

Sobre o tema, este Superior Tribunal de Justiça já se manifestou que a detração prevista no art. 387, § 2º, do CPP é atribuição do Juiz sentenciante, cabendo a ele, no momento da prolação do édito condenatório, considerar o tempo de prisão provisória do réu naquele mesmo processo, para a definição do regime prisional (HC 337.539/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 19/4/2016, Dje 28/4/2016; HC 337.077/SP, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 9/8/2016, DJe 24/8/2016).

In casu, verifica-se que, embora o paciente, a princípio, já tenha cumprido em prisão cautelar a maior parte da pena, tendo sido inclusive beneficiado com a progressão ao regime aberto, o Tribunal de origem deixou de considerar para fins de estabelecimento prisional referido período.

À vista do exposto, **defiro a liminar** para que o paciente aguarde no regime aberto o julgamento definitivo deste *habeas corpus*.

Comunique-se, **com urgência**, à autoridade coatora e ao Juízo da Vara de Execução Criminal DEECRIM 9ª RAJ da Comarca de São José dos Campos/SP,

solicitando-lhes as informações necessárias.

Posteriormente, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS

Relator

